



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº23/2017

----- Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luis Filipe Santana Dias, Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente da Câmara por se encontrar em representação oficial do município. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 22/2017, referente à reunião ordinária de dez e novembro. -----

----- Aprovada a ata nº 22/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Dois milhões, quarenta e oito mil, cento e vinte e sete euros e sessenta cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete euros e oitenta e nove cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL – FELICITAÇÕES PELO NOVO MANDATO; -----

----- TARIFA A APLICAR PELA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A. NO ANO 2018 AO SERVIÇO EM ALTA; -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por deixar uma recomendação no sentido de que os municípios que estão envolvidos no processo de abastecimento de água em alta deveriam reunir conjuntamente porque é tempo de se abrir uma renegociação, talvez no próximo ano, dado que já passou mais de metade do tempo do período de contratualização, no intuito de que a água seja vendida com um preço mais equilibrado, dado tratarem-se de empresas estatais, considerando imoral que os municípios estejam a adquirir água ao Estado a metade do valor que os outros municípios a estão a adquirir, daí fazer todo o sentido que os municípios envolvidos analisassem a possibilidade de haver uma renegociação tendo em vista um maior equilíbrio do “Estado para o próprio Estado”.----

----- Continuou a intervenção recordando que na primeira Reunião de Câmara do mandato pedira esclarecimentos sobre as obras que estão a ser realizadas em espaço do domínio público de uma rua perpendicular à EN 114 na Zona Industrial de Rio Maior, pois tratando-se do domínio público questionara o objetivo das referidas obras e gostaria de saber o ponto da situação, dado que ainda não tivera resposta sobre este assunto.-

----- Referiu também os problemas existentes de abastecimento de água que estão a assolar o País, referindo que felizmente o concelho de Rio Maior não foi prejudicado no seu território pelas circunstâncias que são do domínio público, no entanto considerava que o problema da água é um problema de todos e como tal merece uma constante reflexão para que seja assegurado o abastecimento no futuro. Assim referiu que lhes fora transmitido pelo Senhor Vice-Presidente, na anterior reunião, que seria dado prioridade no atual mandato ao setor das águas e do saneamento no município de Rio Maior e considerando a seca que está a acontecer e que em algumas zonas do País já foi pedido a contenção nos gastos e dado tratar-se de um bem essencial à vida, questionou que medidas pensa o Executivo tomar sobre este caso específico. Acrescentou ainda que as perdas de água no concelho de Rio Maior que são atualmente superiores a cinquenta por cento e que urge realizar investimento e adotar políticas sustentáveis no setor, por forma a assegurar as salvaguardas essenciais, nomeadamente a ambiental fazendo uma utilização racional e adequada do citado recurso, uma salvaguarda financeira do município providenciando uma gestão salutar e equilibrada e ainda, não menos importante, salvaguardar o consumidor praticando tarifas que sejam justas não lhe imputando as deficiências do sistema. Assim, considerou que no contexto referido, gostariam de ser informados de qual o tipo de